

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos, e a efetividade dos serviços prestados por esta Secretaria, componente da Rede de Atenção à Saúde (RAS).

Contratação de pessoa física ou jurídica, para prestação de serviços médicos na especialidade de Endocrinologia para a realização de consultas no Centro Integrado de Especialidades Médicas de Dois Vizinhos, a fim de complementar o quantitativo de consultas, bem como incluir profissionais especializados que atualmente não compõe o quadro de funcionários desta Secretaria, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

A contratação do serviço em questão, provem da necessidade de complementação no atendimento, tratamento e acompanhamento dos pacientes que são usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do nosso Município, uma vez que as consultas fornecidas pelos entes de referência não suprem a demanda de Dois Vizinhos, no momento no Centro Integrado de Especialidade Médica – CIEM não há médicos endocrinologistas contratados atendendo em nossas dependências, ressaltando que foi realizado concurso público nº 001/2023, EDITAL Nº 024/2023 para suprir a necessidade, ocorre que o concurso teve como aprovado apenas 01 (um) profissional nesta área e ao ser convocado não assumiu ao cargo, o que gerou a formalização desta solicitação, pois não há outra alternativa senão o chamamento público para credenciamento destes profissionais para suprir a grande demanda de requisições que o Município possui.

Nos últimos 06 (seis) meses foram liberadas 265 (duzentos e sessenta e cinco) vagas para consultas e reconsultas na especialidade de endocrinologia para a Secretaria de Saúde do Município de Dois Vizinhos pelo ente de referência, cita-se aqui o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD), onde foram agendadas o quantifico total, tendo como base os últimos seis meses temos a média de 44 (quarenta e quatro) consultas mensais, divididas entre primeiras consultas e retornos, para um município que conta com 44.869 (quarenta e quatro mil oitocentos e sessenta e nove) habitantes.

O quantitativo ofertado pelo ente acima citado, está dividido per capta, e não há cotas extras para tal especialidade.

Com base nisso, será necessário ampliar o quantitativo de profissionais qualificados para atuarem na regulação do acesso ao SUS, via Chamamento Público, pois, cuja atividade encontra-se com demanda crescente, não tendo o atual órgão capacidade plena para suprir os atendimentos sem profissional.

Constata-se que há o total de 758 (setecentos e cinquenta e oito) pessoas aguardando consultas por meio do sistema de agendamento de consultas no Município.



A contratação de serviços complementares de saúde, posta em prática pelo presente expediente tem amparo legal no Artigo 199, inciso 1º da Constituição Federal e c.c. o artigo 4º, inciso 2º da Lei Federal nº8080/90 de modo que o contrato a ser assinado em decorrência deste procedimento fundamentar-se-á nas normas de direito público prevalecendo o interesse público sobre o particular e colocando a eventual empresa CONTRATADA na condição de mera prestadora de serviços a municipalidade.

Conjuntamente cita-se o Acórdão 352/2016 – Plenário TCU “o credenciamento pode ser utilizado para a contratação de profissionais de saúde, tanto para atuarem em unidades públicas de saúde quanto em seus próprios consultórios e clínicas, quando se verifica a inviabilidade de competição para o preenchimento das vagas, bem como quando a demanda pelos serviços é superior à oferta e é possível a contratação de todos os interessados, devendo a distribuição dos serviços entre os interessados se dar de forma objetiva e imparcial”.

O serviço será prestado nas dependências do Centro Integrado de Especialidades Médicas visando melhor organização dos serviços prestados na Rede Municipal da Saúde.

O médico que prestará o serviço será avisado com antecedência o local se houver necessidade de mudança.

Outrossim, essa contratação garantirá a expansão do acesso a saúde, e disponibilizará atendimento mais adequado e com maior conforto e qualidade para nossos pacientes, além de diminuir a fila de espera e oferecer tratamento mais rápido aos nossos munícipes.

2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

O objeto da contratação não consta previsto no Plano Anual de Contratações de 2024, tendo em vista, a realização do concurso público 001/2023, em que acreditava-se que a necessidade seria suprida através de pessoal efetivo naquele ano, porém, a expectativa não se concretizou, advindo assim a necessidade da contratação por meio de chamamento público após a publicação do PCA do Município.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

- a) Prova de inscrição da empresa no Conselho Regional de Medicina;
- b) Comprovação de vínculo entre a empresa proponente e os profissionais indicados no documento anterior por meio de contrato social; cópia da carteira de Trabalho; ou contrato de prestação de serviços vigente na data da licitação;
- c) Atestado de Capacidade Técnica: emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a satisfatória execução pela proponente de serviços semelhantes ao objeto da contratação.



d) Documentos que devem ser apresentados referentes ao médico indicado pela empresa como responsáveis pela execução do serviço especializado:

- Inscrição do profissional no Conselho Regional de Medicina;
- Titulação de médico (diploma) reconhecido pelo Ministério da Educação - MEC ou declaração de conclusão do curso de medicina emitida pela faculdade ou universidade e carteira do CRM ou declaração do CRM comprovando a inscrição do mesmo no Estado do Paraná;
- Certificado ou titulação de especialização reconhecido pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná – CRM/PR e/ou Registro de Qualificação de Especialidade - RQE;
- Relação dos profissionais médicos à disposição para prestar os serviços, integrante(s) do quadro funcional da proponente.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

A contratação será realizada por consultas, serão 3.840 (quatro mil duzentos e vinte e quatro) consultas, a estimativa de quantidades tem como base, o quantitativo de 16 (dezesesseis) consultas diárias, para consultas estimadas de 30 (trinta) minutos, em jornada de 8 (oito) horas, considerando 4 (quatro) semanas ao mês e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias ao ano.

Ademais, os valores estimados constituem mera estimativa, não obrigando a contratação integral por parte da Administração.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

No ano de 2023 foi realizado processo de concurso público com vaga para o cargo de médico endocrinologista, a contratação efetiva não obteve êxito para fim de suprir a demanda já existente, houve a convocação de todos os candidatos classificados e nenhum tomou posse.

Assim, a contratação de tais profissionais para compor o quadro efetivo do município demonstrou-se ineficaz e em pesquisa na região constatou-se que os municípios vinham realizando processos de chamada pública para credenciamento de empresas para prestar tal serviço.

Ademais, o Município já possui serviço especializado sendo prestado nas dependências da unidade de saúde municipal (CIEM), através de descentralização, o qual atende toda a população de Dois Vizinhos, e tem capacidade para atendimento de mais especialidades em suas instalações, porém, a especialidade de endocrinologia encontra-se prejudicada, pois, não há nenhum profissional atendendo nesta área.

A contratação do serviço visa complementar o atendimento à população que vem ficando defasada devido ao aumento da demanda de pacientes na rede de saúde municipal e a falta de oferta desses atendimentos por parte dos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) em nossa região de referência.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

A solução encontrada reduzirá o tempo de espera para a assistência ao usuário de forma efetiva e eficaz, evitando o agravamento dos quadros de saúde dos pacientes, torna-se imprescindível e justificável a contratação, em caráter complementar, do serviço médico especializado na referida área, para o atendimento às demandas do Município de maneira apropriada garantindo a expansão do acesso a saúde, e disponibilizando atendimento aos pacientes que se encontram aguardando em fila de espera para consultas, bem como, os que já estão em tratamento, possibilitando atender a população com maior conforto e rapidez.

O preço referenciado nesse instrumento foi levantando através de pesquisa de mercado, contanto com 05 (cinco) valores de diferentes órgãos públicos atingindo uma média de preços estimada, e detalhado a seguir.

ÓRGÃO	VALOR DA CONSULTA	MODALIDADE	DATA DE DIVULGAÇÃO NO PNCP
Prefeitura Municipal de João Pinheiro - MG	R\$ 120,00	Inexigibilidade	28/02/2024
Prefeitura Municipal de Fruta de Leite - MG	R\$ 127,00	Inexigibilidade	23/04/2024
Prefeitura Municipal de Itagibá - BA	R\$ 165,00	Inexigibilidade	20/12/2023
Prefeitura Municipal de Lajeado - TO	R\$ 276,00	Inexigibilidade	08/03/2024
Prefeitura Municipal de Lagoa - PB	R\$ 334,07	Pregão	22/04/2024
MÉDIA			R\$ 204,41

Neste caso além dos preços levantados em contratações de outros órgãos públicos, justifica-se a aplicação do valor estimado devido às necessidades do Município e as limitações da realidade local.

Cabe mencionar que o Manual de Orientações para Contratação de Serviços de Saúde, elaborado pelo Ministério da Saúde, trata entre outros itens, que o Gestor deverá “fixar valores de referência de remuneração dos serviços assistenciais de saúde e outros critérios como de reajustamento, condições e prazos para os pagamentos dos serviços faturados”.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)

Estima-se para este chamamento o valor de R\$ 784.934,40 (setecentos e oitenta e quatro mil novecentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

A Solução para a demanda em tela é a contratação de empresa especializada para execução de serviços médicos na realização de consultas



com profissional especializado nos atendimentos de endocrinologia, por período de 12 (doze) meses.

Em que visa dar continuidade no atendimento à população e tendo em vista o número de pacientes aguardando consultas, o número insuficiente de profissionais da área e a realização de concurso público sem êxito temos clara que a solução que melhor atende às necessidades da Administração é a contratação por meio de credenciamento dos profissionais.

Em termos de justificativa econômica, não há alternativas menos dispendiosas para atender o interesse da Administração que não a contratação de pessoal terceirizado.

Através da modalidade de credenciamento, assegurando tratamento isonômico aos interessados na prestação dos serviços e negociando-se as condições de atendimento, obtém-se uma melhor qualidade dos serviços além do menor preço, a administração consegue fixar os valores que se dispõe a pagar, os possíveis licitantes não competirão, no estrito sentido da palavra, inviabilizando a competição, uma vez que a todos é assegurada a contratação.

Portanto, essa sistemática pressupõe a pluralidade de interessados e a indeterminação do número de prestadores suficientes para a adequada prestação do serviço e adequado atendimento do interesse público, de forma que quanto mais particulares tiverem interesse na execução do objeto, melhor será atendido o interesse público.

As despesas para a contratação serão lastreadas em consultas de preço de contratações semelhantes de outros órgãos, de preços do Painel de Preços.

Após a definição de preços de referência, a contratação ainda será conduzida com ampla participação, o que trará amplo interesse de profissionais capacitados que fará com que as demandas deste município sejam atendidas.

Para isto, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação deste tipo de serviço sob demanda é a melhor forma de suprir esta necessidade de forma eficaz e com bom aproveitamento dos recursos públicos.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

Pretende-se realizar a contratação de pessoa física ou jurídica especializada para prestação de serviço médico na área de endocrinologia para atendimento no Centro Integrado de Especialidades Médicas, neste caso não há parcelamento por cotas.

9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

A administração pública busca, através das contratações públicas, a parametrização dos atendimentos de especialidades, a equidade, economicidade, eficiência e resolutividade. Estima-se que, com o credenciamento de profissionais para o atendimento dos 758 (setecentos e



cinquenta e oito) pacientes da fila de espera na especialidade de endocrinologia sejam assistidos com assistência integral na área.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os proponentes, bem como, evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

O credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, assegurará uma contratação apta e mais vantajosa para o Município, evitando interrupções da disponibilidade dos serviços de saúde pública, bem como, garantindo atendimento digno com profissionais suficientes para atender a população. Ademais, a administração não precisará repetir os procedimentos de seleção do mesmo objeto durante o período de vigência do credenciamento, podendo decidir em curto tempo qual o melhor momento da contratação conforme a demanda.

Desta forma, a Secretaria Municipal de Saúde buscou a chamada publica como única alternativa para satisfazer suas necessidades, onde a presente contratação irá assegurar a continuidade do atendimento já instalado em nosso município, assim como, ampliar o atendimento da especialidade para reduzir o número de pacientes que se encontram na fila de espera para consultas com o especialista e garantir melhores condições de serviços de saúde aos nossos pacientes, assegurando assim, a estabilidade dos trabalhos realizados pelo setor responsável e entregar à população atendimento de forma mais adequada e de qualidade.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual. Devido à natureza do objeto não será necessário acompanhamento de Fiscal Técnico.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Claudete Meurer
Fiscal Administrativo:	Andrea Regina Pellin Cagnini
Fiscal de Recebimento/Execução:	Tairone Alan Mezzomo
Suplentes:	Rafael Rugerio Dutra Jaqueline Cordeiro dos Santos Almeida

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

As contratações pretendidas por meio deste Chamamento Público para Credenciamento e posterior ato convocatório não prevê contratações correlatas ou interdependentes, por tanto, tais contratações não se aplicam ao Edital de Credenciamento proposto por esta administração.

**12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)**

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

13. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade do credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas para prestação de serviço médico especializado para complementação no atendimento, tratamento e acompanhamento dos pacientes que são usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do nosso Município.

14. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

A contratação será realizada por meio de Credenciamento (Chamamento Público), com base no artigo 79 da Lei 14.133/2021 e DECRETO Nº 11.878/2024, através da prestação de serviços com dedicação exclusiva.

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de licitação: Credenciamento (Chamamento Público);

Critério de julgamento: Dentre as propostas das proponentes serão credenciadas as que atenderem as exigências estipuladas neste edital, respeitada a ordem de credenciamento/habilitação, em que se define o valor a ser pago por consulta e o credenciado presta o serviço e recebe proporcionalmente as consultas efetivamente realizada, podendo também a administração, de acordo com o interesse público dividir valores, locais e horários conforme o número de interessados, sendo dada preferência às entidades Filantrópicas e/ou sem fins lucrativos na contratação, conforme Portaria 1034/2010 do Ministério da Saúde e alterações.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Não se aplica.

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

A análise de risco encontra-se anexa ao processo.

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

O custo estimado da contratação não possui caráter sigiloso e será tornado público, conforme artigo 24, § 1, inciso VI da Lei nº 13.019/2014. Estima-se para este chamamento o valor de R\$ 784.934,40 (setecentos e oitenta e quatro mil, novecentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos).

Dois Vizinhos, 01 de julho de 2024.

CLAUDETE MEURER

Gestora de Saúde

Área requisitante

Matrícula Funcional 17949-1

ANDREA R. PELLIN CAGNINI

Agente Administrativo

Responsável pela Correção do ETP

Matrícula Funcional 19203-1